

MENSAGEM Nº 563

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **ANTONIO ALVES JÚNIOR**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Costa Rica.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **ANTONIO ALVES JÚNIOR** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 25 de outubro de 2022.

Brasília, 21 de Outubro de 2022

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de ANTONIO ALVES JÚNIOR, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República da Costa Rica, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, ANTONIO FRANCISCO DA COSTA E SILVA NETO, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de ANTONIO ALVES JÚNIOR para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 592/2022/SG/PR/SG/PR

Brasília, 26 de outubro de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor **ANTONIO ALVES JÚNIOR**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o Cargo de Embaixador do Brasil na República da Costa Rica.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 26/10/2022, às 16:32, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).
Nº de Série do Certificado:



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3712916** e o código CRC **97B27625** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.008541/2022-90

SEI nº 3712916

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE ANTONIO ALVES JÚNIOR

CPF.: 064.014.218-43

ID.: 7154545 SSP/DF

Filho de Antonio Alves e de Aurora da Costa Aguiar Alves, nasce em 4 de julho, em São Paulo/SP

Dados Acadêmicos:

1982	Ciências Econômicas pela Universidade de São Paulo
1983	Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo
1985	CPCD - IRBr
1994	CAD - IRBr
2007	CAE - IRBr: A Secretaria do MERCOSUL: uma proposta de fortalecimento institucional.

Cargos:

1985	Terceiro-Secretário
1990	Segundo-Secretário
1997	Primeiro-Secretário
2003	Conselheiro
2008	Ministro de Segunda Classe
2017	Ministro de Primeira Classe

Funções:

1986-89	Divisão Especial de Estudos e Pesquisas Econômicas, assistente e chefe, substituto
1989-92	Consulado-Geral em Nova York, cônsul-adjunto
1993-97	Embaixada em Pretória, segundo-secretário
1997-99	Embaixada em Nova Delhi, segundo-secretário e primeiro-secretário
1999-2002	Secretaria de Planejamento Diplomático, assessor
2001	Embaixada em La Paz, Primeiro Secretário em missão transitória
2002-03	Presidência da República, Cerimonial, assessor
2003	Embaixada em Nairobi, Primeiro-Secretário em missão transitória
2003-04	Subsecretaria-Geral da América do Sul, Central e do Caribe, assessor
2004-08	Delegação Permanente junto à ALADI e ao MERCOSUL, conselheiro
2008-12	Embaixada em Assunção, conselheiro e ministro-conselheiro
2012-15	Ministério da Cultura, diretor de Relações Internacionais
2015	Embaixada em Dacca, encarregado de Negócios em missão transitória
2015-16	Departamento da América Central e Caribe, diretor
2016-17	Departamento da América Central, do México e do Caribe, diretor
2017-19	Embaixada em Havana, encarregado de negócios em missão transitória
2019-20	Embaixada em Havana, encarregado de negócios
2020-	Consulado-geral em Córdoba, cônsul-geral

Condecorações:

2003	Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial
2011	Medalha Amigo da Marinha
2012	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Comendador

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Departamento de Caribe, América Central e do Norte
Divisão de México e América Central

COSTA RICA



2022
(Ostensivo)

ÍNDICE

PERFIS BIOGRÁFICOS	3
RELAÇÕES BILATERAIS.....	4
POLÍTICA INTERNA	6
POLÍTICA EXTERNA	7
ECONOMIA.....	9
MAPA.....	11
DADOS BÁSICOS	12
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS.....	13
PRINCIPAIS ACORDOS BILATERAIS	14

PERFIS BIOGRÁFICOS

RODRIGO CHAVES ROBLES - PRESIDENTE



Rodrigo Chaves Robles, nascido em São José, em 10/06/1961, foi eleito presidente da Costa Rica em 3 de abril de 2022 pelo Partido Progreso Social Democrático (PPSD), de inclinação conservadora. É doutor em Economia pela Universidade de Ohio e trabalhou no Banco Mundial por 27 anos. Foi ministro da Fazenda no governo de seu antecessor, com agenda de ajuste fiscal, aumento de arrecadação e enxugamento de gastos públicos. Deixou o governo menos de um ano após sua assunção devido a “diferenças irreconciliáveis”. Sua vitória não foi prevista pelos analistas políticos e representa uma ruptura com o domínio da política constarriquenha pelos dois partidos tradicionais: o PLN, de perfil social democrata, e o PUSC, de centro-direita.

ARNOLDO ANDRÉ TINOCO - CHANCELER



Arnoldo André Tinoco é formado em Direito pela Universidade da Costa Rica, com doutorado em Direito Internacional pela Universidade de Hamburgo. Exerceu a advocacia no setor privado. Foi cônsul honorário da Noruega por 15 anos (até ser designado chanceler), presidente da Câmara de Comércio da Costa Rica, membro do Conselho Diretor da Câmara de Comércio Costa Rica-Alemanha, professor de Direito na Universidade da Costa Rica e árbitro internacional. Foi assessor do Ministério das Relações Exteriores entre 1998 e 2002, no governo de Miguel Ángel Rodríguez.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Costa Rica estabeleceram relações diplomáticas formais em 1906. O país possui longa tradição democrática e ativa atuação internacional, particularmente em temas relacionados à agenda de direitos humanos e meio ambiente. A Costa Rica figura como interlocutor relevante em fóruns internacionais e na conjuntura centro-americana.

Em anos recentes, em um contexto de convergência na defesa dos valores democráticos, destacam-se três marcos nas relações bilaterais: (i) a exclusão, pelo Brasil, da Costa Rica da lista de jurisdições de tributação favorecida, em dezembro de 2017; (ii) a aprovação, pelo Congresso Nacional brasileiro, do Acordo de Serviços Aéreos, em 05/09/2018; e (iii) a assinatura, em 23/7/2021, pelo ministro das Relações Exteriores, Carlos França, e o então chanceler Rodolfo Solano, do Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento do Mecanismo de Consultas Políticas, que, tão logo inaugurado, deverá contribuir para o estabelecimento de coordenação mais estreita entre as chancelarias.

Cooperação Técnica

O Programa de Cooperação Técnica Brasil-Costa Rica está amparado pelo Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica, firmado em 22 de setembro de 1997 e promulgado em 30 de dezembro de 1999. A cooperação técnica bilateral é implementada na modalidade de custos compartilhados em 50%, por se tratar a Costa Rica de país com nível de desenvolvimento semelhante ao do Brasil.

Na atualidade, a ABC e o governo da Costa Rica, por meio da Embaixada do Brasil em São José e da chancelaria costa-riquenha, estão negociando iniciativas que integrarão a agenda do programa de cooperação técnica bilateral para o próximo biênio. A Costa Rica solicitou cooperação nas áreas de aprendizagem industrial, medicamentos genéricos, medição de grupo e blindagem de rede, segurança cibernética e defesa civil. O Brasil, por sua vez, solicitará cooperação para o intercâmbio de técnicas de produção de café. A agenda será definida na III Reunião do GT de Cooperação Técnica Brasil-Costa Rica, que marcará a retomada oficial da cooperação técnica bilateral no pós-pandemia. A reunião está prevista para ocorrer entre 21 e 25 de novembro de 2022.

Troca de experiências sobre candidaturas à OCDE

Entre 2013 e 2015, a Costa Rica implementou o Plano Nacional de Acessão à OCDE, cuja estratégia incluiu a adesão a instrumentos-chave e a participação em órgãos da Organização. Em 2015, o processo de acessão foi formalmente iniciado. Em maio de 2021, a Costa Rica tornou-se o 38º membro da OCDE.

O Brasil encontra-se em processo de candidatura à OCDE e tem procurado beneficiar-se da troca de experiências com a Costa Rica. Em 21/08/2020, o PNUD e a Casa Civil promoveram seminário virtual intitulado “O caso da acessão da Costa Rica”, onde representantes de alto nível do governo costa-riquenho compartilharam a experiência do processo de acessão. O MRE foi representado pelo ministro de Estado das Relações Exteriores. O diálogo informal com a Costa Rica também vem ocorrendo entre os representantes dos dois países junto à OCDE.

Comércio bilateral

Em 2021 o fluxo de comércio Brasil-Costa Rica totalizou USD 397,2 milhões, com exportações brasileiras de USD 325,6 milhões e importações de USD 71,6 milhões. O saldo brasileiro foi de USD 254 milhões com destaque para automóveis; produtos semiacabados, lingotes e outras formas de ferro e aço; papel e cartão; e fios e tecidos especiais. As principais importações foram compostas por produtos para usos medicinais, cirúrgicos, dentários ou veterinários; vidraria; e válvulas e tubos termiônicos.

No período de janeiro a agosto de 2022, as exportações do Brasil para a Costa Rica somaram USD 328 milhões - cifra superior à registrada em todo o ano de 2021 - com superávit brasileiro de USD 255 milhões.

Em 2022, as vendas brasileiras concentram-se em aviões (USD 68,7 milhões); milho em grão (USD 37 milhões); produtos semimanufaturados de ferro ou aço (USD 34 milhões); automóveis (USD 24 milhões); caixas de papel (USD 6,5 milhões); e arroz com casca (USD 6,2 milhões). Entre os produtos mais importados pelo Brasil, destacam-se: garrações de vidro (USD 21,1 milhões); circuitos integrados (USD 9,7 milhões); sondas, cateteres e cânulas (USD 9,3 milhões); aparelhos de prótese (USD 5 milhões); e juntas de borracha vulcanizada (USD 3,7 milhões).

Negociações Mercosul-Costa Rica

Em 2020, o MERCOSUL encaminhou à Costa Rica proposta de termos de referência para negociar acordo de livre comércio, mas o lado costa-riquenho não mostrou receptividade à proposta.

Restrições costa-riquenhas à importação do açúcar brasileiro

Em junho de 2020, após a conclusão de investigação iniciada em 2019, a Costa Rica impôs às importações de açúcar branco brasileiro (SH 170199) sobretaxa de 27,68%, em adição à já elevada tarifa NMF (Nação Mais Favorecida) de 45%. Na avaliação brasileira, o processo teve falhas técnicas significativas e, desde a aplicação da medida, o Brasil buscou negociar solução que evitasse restrições ao comércio bilateral.

Na ausência de entendimento, o Brasil suspendeu, em novembro de 2020, em medida amparada pelo Acordo de Salvaguardas da OMC, concessões à importação de certos produtos agrícolas originários da Costa Rica. Não obstante, em demonstração de boa-fé, a suspensão incidiu sobre valor significativamente inferior, de (USD 900 mil) ao que teria direito o Brasil em face do valor permitido (USD 3,7 milhões).

Em novembro de 2021, o Brasil aceitou oferta de compensações da Costa Rica para pacificar, em definitivo, a questão. O governo costa-riquenho, no entanto, adotou postura protelatória, superada apenas a partir da mudança de governo, ocorrida no último dia 08/05/2022. O entendimento que solucionou a disputa foi finalmente celebrado no último dia 30 de setembro.

Com o acordo, a Costa Rica comprometeu-se a conceder, durante o período restante da vigência da salvaguarda (até 19 de agosto de 2023), quota tarifária de importação no volume total de 4.437 toneladas métricas (TM) de açúcar, que ingressará isenta da aplicação da medida. O volume dessa cota foi autorizado nas condições de NMF aos parceiros comerciais com os quais se tenham registrado importações de montantes relevantes na Costa Rica, entre eles o Brasil, com participação de 54,4% do total de importações. Do total da quota, 80% do volume será alocado entre os importadores que tenham comprado açúcar em 2019, 2020 e 2021 sob condições tarifárias NMF. Os 20% restantes serão destinados a novos importadores mediante solicitação e disponibilidade, por ordem de pedido.

Adicionalmente, a Costa Rica concordou em aplicar redução a 0% do imposto de importação sobre o etanol, em condições NMF aos principais fornecedores de seu mercado nos últimos dez anos (basicamente Brasil e EUA) durante o primeiro ano da implementação do projeto de mistura de gasolina com etanol combustível em nível nacional pela Refinaria de Petróleo da Costa Rica (RECOPE). A tarifa será aumentada a 5% durante o segundo ano do projeto, a 10% durante o terceiro e retornaria ao nível normal de 15% a partir do quarto ano.

A Costa Rica terá trinta dias para implementar o acordo a partir da data de sua assinatura. O Brasil comprometeu-se a cessar de imediato e em definitivo, a suspensão de concessões às exportações costa-riquenhas assim que o governo da Costa Rica implementar suas obrigações no acordo.

Cooperação em Biocombustíveis

O perfil da Costa Rica como país importador de petróleo e detentor de indústria açucareira local sugere que a cooperação na produção de biocombustíveis poderia figurar como área promissora da agenda bilateral. Não obstante, há décadas o país tenta, sem êxito, aprovar legislação que torna obrigatória a introdução de mescla de etanol na gasolina (1983, 2006, 2010 e 2012).

Na mais recente tentativa, em 2019, o governo determinou que a estatal Recope (Refinaria Costa-Riquenha de Petróleo) passasse a distribuir gasolina do tipo *super* (ECO95) com etanol e introduzisse mescla na gasolina regular a partir de dezembro de 2020. O plano do governo, no entanto, foi fortemente rechaçado pela opinião pública, para quem o etanol danificaria componentes dos veículos, teria efeitos negativos sobre o meio ambiente e diminuiria a área disponível para o cultivo de alimentos. O governo suspendeu o plano menos de uma semana depois de seu anúncio.

A Embaixada do Brasil em São José publicou, no dia 27 de maio de 2019, artigo que descrevia a bem-sucedida experiência brasileira com o biocombustível. O chefe do posto também realizou visitas a tomadores de decisão e representantes do setor, incluindo o ministro de Agricultura e Pecuária e o presidente da Recope. A realização de missão técnica de delegação da Costa Rica ao Brasil também poderia contribuir para dissipar percepções equivocadas a respeito do etanol no país.

POLÍTICA INTERNA

A Costa Rica orgulha-se de sua tradição democrática e da estabilidade mantida desde 1949, quando foi promulgada a atual Constituição, que aboliu as Forças Armadas e redirecionou recursos da defesa para as áreas de educação e saúde. O sistema político costarriquenho não admite reeleição presidencial ou parlamentar para mandatos sucessivos. O Legislativo do país é unicameral.

A fundação do PUSC (*Partido Unidad Social Cristiana*) em 1983, de tendência conservadora e liberal, inaugurou longo período de domínio bipartidário da política interna costarriquenha entre o PUSC e o PLN (*Partido Liberación Nacional*), de orientação socialdemocrata. A partir do ano 2000, o bipartidarismo começou a dar os primeiros sinais de esgotamento com a formação do PAC (*Partido Acción Ciudadana*) (dissidência à esquerda do PLN, que, por sua vez, deslocou-se em direção ao centro) e o enfraquecimento do PUSC, acossado por denúncias de corrupção.

Os governos de Luis Guillermo Solís (2014-2018) e de Carlos Alvarado (2018-2022), ambos dentro do espectro de centro-esquerda, representaram mudança significativa em relação a governos anteriores pela ênfase em temas sociais. Carlos Alvarado adotou linha mais ao centro que seu antecessor e buscou implementar, além de programas sociais, reforma fiscal, aprimoramentos na arrecadação, diminuição dos juros bancários e obras de infraestrutura. Foi seriamente prejudicado pela crise causada pela covid-19 e reiterados problemas para a aprovação de medidas e reformas no parlamento, o que repercutiu no crescimento limitado do PIB durante seu mandato.

O governo de Rodrigo Chaves (2022-2026)

Nas eleições de abril de 2022, Rodrigo Chaves Robles, do Partido Progreso Social Democrático (PPSD), de inclinação conservadora, foi eleito presidente com 52,8% dos votos em segundo turno (03/04/2022). José Maria Figueres, do Partido Libertação Nacional (PLN), obteve 47,2%. Os índices de abstenção foram superiores a 40%. A eleição de Chaves configura resposta à direita do governo de seu antecessor e aprofunda a tendência de fragmentação do sistema partidário. O PSD defende redução de impostos, manutenção de

políticas sociais e proteção de empresas e agricultores. Na agenda de costumes, favorece a legalização da maconha e tem visão contrária à descriminalização do aborto.

Em 18 de abril de 2022, ataque cibernético aos sistemas telemáticos do governo causou graves danos aos registros públicos do país, levando o presidente Chaves a decretar, no dia 11 de maio, emergência nacional no setor público.

O governo Chaves tem sido marcado por dificuldades no relacionamento com a imprensa e por elevados índices de inflação. Não obstante, pesquisa recentemente realizada por instituto da Universidade da Costa Rica mostrou que 70,1% da população classifica o governo como “muito bom” ou “bom”.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa da Costa Rica caracteriza-se tradicionalmente pela adoção dos princípios da neutralidade, da não intervenção e da solução pacífica das controvérsias. O país procura manter alto perfil no tratamento multilateral de temas como meio ambiente, direitos humanos, desarmamento e defesa da democracia e do Estado de Direito. Em 2021, tornou-se o primeiro país do hemisfério a internalizar todos os instrumentos do Direito Internacional Humanitário, com a ratificação, da Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra Desaparecimento Forçado.

A Costa Rica caracteriza-se por ser política e economicamente ativa no istmo centro-americano, tendo desempenhado importante papel nas iniciativas que encerraram as guerras civis na América Central e na resolução da crise hondurenha de 2009. Exerce, portanto, influência marcadamente positiva e estabilizadora em seu entorno regional. O país é membro fundador do Sistema da Integração Centro-Americana (SICA), principal processo de integração regional.

A Costa Rica é signatária do Tratado de Livre Comércio entre Estados Unidos, América Central e República Dominicana (DR-CAFTA/2009), e do Acordo de Associação com a União Europeia (AdA-UE/2012). Em 2021, ingressou na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o que configurou marco importante de sua política externa. Em julho de 2022, formalizou a intenção de converter-se em membro pleno da Aliança do Pacífico (AP), onde figura como observador.

Meio ambiente

O meio ambiente figura como um dos temas centrais da política externa da Costa Rica. O país lançou, em 2007, a iniciativa *Paz com a Natureza*, que incentiva os países em desenvolvimento a assumirem compromissos adicionais de redução de gases de efeito estufa. Entre os eixos que compõem a iniciativa, destaca-se a conservação florestal como fator de mitigação da mudança do clima. Em outubro de 2016, a Costa Rica ratificou o Acordo de Paris sobre Mudança do Clima.

O governo de Carlos Alvarado (2018-2022) procurou consolidar a imagem da Costa Rica como país líder em matéria de sustentabilidade ambiental e direitos humanos. Deu prioridade ao tema da mudança do clima e ao esforço de posicionar a Costa Rica como "laboratório mundial de descarbonização", com os seguintes objetivos: atrair cooperação financeira internacional para iniciativas de adaptação e mitigação; transformar o país em referência de serviços ambientais no comércio internacional e como prestador de cooperação técnica nessa área; promover o turismo sustentável; e assegurar a participação da Costa Rica em foros de alto nível na área ambiental.

Em discurso na 77ª Assembleia Geral da ONU (setembro de 2022), o atual chanceler Arnoldo André Tinoco reafirmou o compromisso da Costa Rica com o enfrentamento da crise climática e ressaltou o papel ativo do país ao associar-se a iniciativas tais como a Coalizão Mundial de Alta Ambição para a Natureza e as Pessoas (*High Ambition Coalition for Nature*

and People – HAC), que busca aumentar a extensão das áreas protegidas e a biodiversidade no planeta até 2030 (objetivo 30x30). Referiu-se também à intenção da Costa Rica de co-sediar a III Conferência dos Oceanos da ONU em 2025.

Posição da Costa Rica em relação à crise na Nicarágua

Em abril de 2018, manifestação popular foi violentamente reprimida pelo governo de Daniel Ortega, na Nicarágua, deixando saldo de 328 mortos e cerca de 2 mil feridos. A partir de então, o regime nicaraguense desencadeou política de repressão sistemática, baniu partidos de oposição e prendeu 177 opositores, entre os quais sete pré-candidatos às eleições presidenciais.

A Costa Rica tem se manifestado com vigor nos foros internacionais contra violações aos direitos humanos e aos princípios democráticos na Nicarágua. O país não tem embaixador em Manágua desde agosto de 2018. O chanceler Arnoldo André Tinoco, sinalizou possível nomeação de um embaixador em Manágua em abril de 2022, mas em junho declarou que, em razão da expulsão de representantes da Organização dos Estados Americanos (OEA) e invasão do escritório da Organização em Manágua, não nomeará embaixador em Manágua, mantendo apenas encarregado de negócios. A Costa Rica aprovou todas as resoluções da OEA que condenam a situação política na Nicarágua nos últimos dois anos.

A Costa Rica vem demonstrando, publicamente, preocupação com a entrada de militares russos na Nicarágua a partir de junho de 2022, para participar, segundo o governo nicaraguense, de “intercâmbio de experiências, exercícios de treinamento e operações de ajuda humanitária” com o exército nicaraguense.

Posicionamento da Costa Rica em Relação à Venezuela

A Costa Rica mantém o reconhecimento a Juan Guaidó como presidente encarregado da Venezuela, mas tem demonstrado abertura para eventual mudança de posicionamento. Guaidó foi convidado para a posse do presidente Rodrigo Chaves Robles em maio de 2022. Em agosto de 2022, em entrevista, o chanceler descartou a reabertura de Embaixada em Caracas (fechada em 2019), mas indicou que o país considera abrir um consulado na Venezuela. Disse não haver intenção de mudar a posição atual sobre o dossiê venezuelano, mas qualificou a Presidência Encarregada como “governo virtual”. O governo de Guaidó mantém embaixadora em São José

A situação política na Venezuela gerou mais de 6,8 milhões de refugiados e migrantes venezuelanos em todo o mundo. A Costa Rica abriga cerca de 30 mil venezuelanos. O Brasil acolheu 351 mil, por meio da Operação Acolhida. O Brasil exerce atualmente a Presidência “Pro Tempore” (PPT) do Processo de Quito, iniciativa informal lançada pelo Equador, em 2018, que visa a promover troca de informações, coordenação e aperfeiçoamento de práticas na resposta ao fluxo de migrantes e refugiados venezuelanos na região, contribuindo para a conformação de um espaço de proteção e solidariedade na América Latina. O Processo de Quito conta com a participação de 13 países da região, incluindo a Costa Rica.

Guerra na Ucrânia

Em comunicado de imprensa divulgado em 21/7/2022, a Casa Presidencial da Costa Rica registrou telefonema do presidente ucraniano Volodimir Zelenski ao presidente Rodrigo Chaves, para expor a situação em seu país. O presidente Chaves manifestou apoio à Ucrânia e às ações de organizações internacionais como as Nações Unidas.

Organizações Internacionais sediadas em São José

Em São José encontram-se sediadas a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), e a Junta

ECONOMIA

Classificada pelo Banco Mundial como país de renda média, a Costa Rica é a terceira maior economia da América Central. De acordo com o Banco Central da Costa Rica, o PIB do país cresceu 7,6% em 2021, alcançando USD 64,26 bilhões. O PIB per capita foi de USD 12.408. Os maiores obstáculos econômicos do país são o déficit fiscal e a deterioração da dívida pública.

A desigualdade representa desafio para a imagem tradicional da Costa Rica de modelo de equidade no contexto regional. Em 2021, 23% da população encontrava-se na faixa de pobreza; 7% vivia na pobreza extrema.

A Costa Rica apresenta quadro de rigidez de gastos públicos e alto endividamento estatal. A economia também se ressentiu de entraves burocráticos para abrir e manter um negócio, bem como de infraestrutura insuficiente. Entre os fatores externos que comprometem as perspectivas de crescimento da economia costa-riquenha, destacam-se a dependência de importações de petróleo e a crise política e econômica na vizinha Nicarágua. Este conjunto de fatores constitui obstáculo ao crescimento econômico sustentável e inclusivo, à geração de empregos e à melhora das finanças públicas.

Após retração de 4,1% do PIB em 2020, o país apresentou forte recuperação em 2021, com variação do PIB de 7,6%. A recuperação foi influenciada pelo aumento da demanda interna privada (consumo de famílias e investimento privado) e pelo dinamismo das exportações. Em sentido oposto, o desemprego saltou de 2,2% antes da pandemia de covid-19 para 14,4% em fins de 2021.

As contas públicas apresentaram, em 2021, sinais de recuperação em relação a 2020, superando as previsões. Em dezembro de 2021, o déficit primário (que exclui o pagamento de juros) foi equivalente a 0,3% do PIB, três vezes menor do que o previsto e consideravelmente inferior ao registrado em dezembro 2020, de 3,4% do PIB. A dívida do governo central em relação ao PIB alcançou 68,3% dezembro de 2021, com aumento de 1,1% em relação a dezembro de 2020.

Em 2021 as exportações cresceram 24%, totalizando USD 14,55 bilhões, USD 2,85 bilhões a mais do que no ano anterior. Trata-se do maior incremento anual nas exportações em 15 anos. Os setores exportadores mais importantes foram de equipamentos médicos e de precisão, agricultura, indústria alimentar, químico-farmacêutico, elétrico-eletrônico e metalomecânico.

A inflação na Costa Rica vem seguindo tendência mundial de aceleração, embora em níveis relativamente moderados. Em 2020, a inflação foi de 0,7% e em 2021, de 1,7%. As previsões para 2022 são de aumento de 5,4%.

Em junho de 2022, o presidente Chaves declarou, no Fórum Econômico Mundial que a economia costa-riquenha encontra-se deteriorada e em desordem fiscal. Afirmou ainda que o sistema tributário contribuiu para piorar a distribuição de renda no país.

Medidas econômicas do governo de Rodrigo Chaves

No que se refere às ações de combate à pobreza e de redução do custo de vida, o governo tem procurado enfatizar a importância da manutenção do equilíbrio fiscal e dos acordos com o FMI para que o país possa dispor de recursos para atender a camada mais vulnerável da população.

Até o momento, o governo implementou medidas como a eliminação de subsídios à produção de asfalto, a fixação do preço mínimo do arroz e redução das taxas de importação desse produto. Anunciou que proporá uma reforma da previdência, a eliminação de 23

instituições públicas e a venda de ativos públicos como o Banco Internacional de Costa Rica e do Banco da Costa Rica, com vistas a obter recursos para a redução do déficit nas contas públicas. Planeja ainda abrir ao capital privado 49% das ações do Instituto Nacional de Seguros, para que fundos de pensão do país possam investir na companhia.

MAPA



DADOS BÁSICOS

NOME	República de Costa Rica
CAPITAL	São José
TERRITÓRIO	51.100 km²
POPULAÇÃO	5,213 milhões
IDIOMAS	Espanhol
RELIGIÕES	Católica (oficial) (52,5%); Protestantismo (27,1%), Agnósticos (16,5%)
SISTEMA POLÍTICO	República Presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Unicameral
PRESIDENTE	Rodrigo Chaves Robles
CHANCELER	Arnoldo André Tinoco
PIB (FMI, 2021)	US\$ 64,28 bilhões
PIB PPP (FMI, 2021)	US\$ 116,18 bilhões
PIB <i>per capita</i> (FMI, 2021)	US\$ 12.410
PIB PPP <i>per capita</i> (FMI, 2021)	US\$ 22,520
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	7,6% (2021); -4,1% (2020); 2,3% (2019), 2,6% (2018); 4,2% (2017); 4,2% (2016); 3,7% (2015).
UNIDADE MONETÁRIA	Colón
IDH (PNUD, 2020)	0,810 (62º)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (BIRD, 2018)	98%
EXPECTATIVA DE VIDA (BIRD, 2020)	80,2 anos
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Norman Lizano Ortiz
EMBAIXADOR EM SÃO JOSÉ	Antonio Francisco da Costa e Silva Neto
COMUNIDADE BRASILEIRA (est.)	2mil (est.)

Intercâmbio Bilateral (US\$ milhões FOB) – Fonte: Comex-Stat

Brasil-Costa Rica	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022 (jan- agosto)
Intercâmbio	527,2	320,1	350,86	335,21	534,96	337,28	286,39	397,2	401
Exportações	248,6	267,5	301,69	277,71	474,24	287,68	244,23	325,6	328
Importações	278,6	52,6	49,17	57,5	60,72	49,6	42,16	71,6	73
Saldo	-30	214,9	252,52	220,2	413,52	238,08	202,07	254	255

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

2021 – O ministro Carlos França encontra-se com o chanceler Rodolfo Solano à margem da 76ª AGNU, ocasião em que assinaram Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento do Mecanismo de Consultas Políticas.

2020 – O ministro Ernesto Araújo encontra-se com o chanceler Rodolfo Solano à margem da Reunião Ministerial do Grupo de Lima, em Ottawa, no dia 20 de fevereiro.

2019 – Lançamento do Programa Brasileiro de Reassentamento para Refugiados do Norte da América Central, no marco do Acordo de Transferência de Proteção entre o ACNUR e a Costa Rica.

2018 – Encontro entre os chanceleres Aloysio Nunes e Manuel González Sanz, à margem do Foro Econômico Mundial, em São Paulo.

2015 – Visita da presidente Dilma Rousseff a São José, por ocasião da III Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos – CELAC.

2018 – O Congresso Nacional brasileiro aprova o Acordo de Serviços Aéreos com a Costa Rica.

2017 – O Brasil exclui a Costa Rica da lista de jurisdições de tributação favorecida.

2014 – Visita do presidente Luis Guillermo Solís ao Brasil, por ocasião da Reunião Presidencial entre Brasil, China, Quarteto da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), México e América do Sul.

2013 – Visita do ministro das Relações Exteriores e Culto da Costa Rica, Enrique Castillo (Brasília, 20 de agosto).

2011 – Visita ao Brasil do ministro de Relações Exteriores e Culto da Costa Rica, René Castro Salazar (Brasília, 30 de março a 5 de abril).

2010 – O governo costa-riquenho adota oficialmente o sistema nipo-brasileiro de TV Digital (ISDB-T).

2009 – Visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Costa Rica.

2008 – Visita do presidente Oscar Arias ao Brasil.

2000 – Visita do presidente Fernando Henrique Cardoso, primeira de um mandatário brasileiro à Costa Rica.

1971 – O ministro Mario Gibson Barbosa realiza a primeira visita de um chanceler brasileiro à Costa Rica em contexto de viagem aos países da América Central.

1953 – A representação diplomática em São José é elevada à categoria de Embaixada.

1906 – O presidente Afonso Pena assina decreto de criação de Legações do Brasil na Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicarágua, Costa Rica e Panamá.

PRINCIPAIS ACORDOS BILATERAIS

Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento do Mecanismo de Consultas Políticas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério das Relações Exteriores e Culto da República da Costa Rica

Celebrado em 23/09/2021, Status: Em Vigor

Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Costa Rica

Celebrado em 04/04/2011, Status: Em Vigor

Tratado entre a República Federativa do Brasil e República da Costa Rica sobre Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Civil

Celebrado em 04/04/2011, Status: Em Vigor

Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Costa Rica sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e Uso de Etanol Combustível

Celebrado em 13/09/2005, Status: Em Vigor

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica sobre Programa de Cooperação Bilateral para Modernização de Chancelarias

Celebrado em 04/04/2000, Status: Em Vigor

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico

Celebrado em 04/04/2000, Status: Em ratificação da outra Parte

Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica

Celebrado em 22/09/1997, Status: Em Vigor

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica sobre Cooperação entre o Instituto Rio Branco e o Instituto do Serviço Manuel Maria Peralta.

Celebrado em 22/09/1997, Status: Em Vigor

Declaração de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica no Campo do Desporto.

Celebrado em 14/02/1997, Status: Em Vigor

Acordo, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica de Isenção de Visto

Celebrado em 06/11/1996, Status: Em Vigor

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica de Cooperação Turística

Celebrado em 31/05/1993, Status: Em Vigor

Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Costa Rica para o Desenvolvimento de Programas de Cooperação nas Áreas de Energia e Mineração.

Celebrado em 18/11/1982, Status: Em Vigor

Acordo Relativo à Concessão de Bolsas de Estudo para Cursos e Estágios sobre Desenvolvimento a Cidadãos Costarriquenhos entre a República Federativa do Brasil e a República da Costa Rica.

Celebrado em 22/07/1971, Status: Em Vigor

Acordo Constitutivo de uma Comissão Mista de Comércio entre a República Federativa do Brasil e a República da Costa Rica.

Celebrado em 22/07/1971, Status: Em Vigor

Acordo sobre Radioamadorismo entre a República Federativa do Brasil e a República de Costa Rica.

Celebrado em 04/07/1970, Status: Em Vigor

Convênio de Intercâmbio Cultural entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República da Costa Rica.

Celebrado em 19/11/1964, Status: Em Vigor

Acordo Administrativo para a Troca de Correspondência Diplomática em Malas Especiais entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República da Costa Rica.

Celebrado em 05/02/1952, Status: Em Vigor

Convenção de Arbitramento entre a República da Costa Rica e Estados Unidos do Brasil.

Celebrado em 18/05/1909, Status: Em Vigor